



University of  
Texas Libraries



e-revist@s



Centro Unversitário Santo Agostinho

# revistafsa

[www4.unifsanet.com.br/revista](http://www4.unifsanet.com.br/revista)

Rev. FSA, Teresina, v. 23, n. 2, art. 6, p. 118-140, fev. 2026

ISSN Impresso: 1806-6356 ISSN Eletrônico: 2317-2983

<http://dx.doi.org/10.12819/2026.23.2.6>

DOAJ DIRECTORY OF  
OPEN ACCESS  
JOURNALS

WZB  
Wissenschaftszentrum Berlin  
für Sozialforschung



Zeitschriftendatenbank



## A Boa Governança do CEJUSC Ambiental

## Good Governance of the Environmental CEJUSC

**Sonia Aparecida de Carvalho**

Doutora em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí- UNIVALI

Sonia.Adv.2008@Hotmail.Com

**Maykon Fagundes Machado**

Doutorando e Mestre em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí

Maykon@Morgancastagnaro.Com

**Silvio Dagoberto Orsatto**

Doutorando e Mestre em Ciência Jurídica pela UNIVALI

Silvio.Orsatto@Gmail.Com

**Endereço: Sonia Aparecida de Carvalho**

UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí, R. Uruguai,  
458 - Centro, Itajaí - SC, 88302-901, Brasil.

**Endereço: Maykon Fagundes Machado**

UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí, R. Uruguai,  
458 - Centro, Itajaí - SC, 88302-901, Brasil.

**Endereço: Silvio Dagoberto Orsatto**

UNIVALI - Universidade do Vale do Itajaí, R. Uruguai,  
458 - Centro, Itajaí - SC, 88302-901, Brasil.

**Editor-Chefe: Dr. Tonny Kerley de Alencar  
Rodrigues**

**Artigo recebido em 17/12/2025. Última versão  
recebida em 05/01/2026. Aprovado em 06/01/2026.**

**Avaliado pelo sistema Triple Review: a) Desk Review  
pelo Editor-Chefe; e b) Double Blind Review  
(avaliação cega por dois avaliadores da área).**

**Revisão: Gramatical, Normativa e de Formatação**



## RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a atuação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs) com competência ambiental como instrumentos de fortalecimento da boa governança no âmbito do Poder Judiciário, por meio da valorização dos métodos consensuais de resolução de conflitos. Parte-se do pressuposto de que os litígios ambientais, em razão de sua complexidade técnica, multiplicidade de partes envolvidas e consequências coletivas, exigem abordagens mais dialógicas, preventivas e colaborativas, que superem o modelo adversarial tradicional. O objetivo geral consiste em investigar de que forma os CEJUSCs Ambientais contribuem para a governança institucional do Judiciário, promovendo a efetividade da tutela ambiental com base na mediação e na conciliação. Para tanto, os objetivos específicos incluem: examinar os fundamentos jurídicos e normativos que sustentam a criação e funcionamento dos CEJUSCs com enfoque ambiental; compreender o papel dos métodos autocompositivos na construção de soluções sustentáveis e pacíficas para os conflitos ambientais; analisar experiências práticas de CEJUSCs Ambientais no Brasil e seus impactos na redução da litigiosidade, na celeridade processual e na democratização do acesso à justiça; e, por fim, propor diretrizes para o fortalecimento institucional desses centros como política pública do Poder Judiciário orientada pela eficiência, participação social e sustentabilidade. A pesquisa adota abordagem qualitativa, com base em revisão normativa, bibliográfica e na análise de iniciativas exitosas, demonstrando que o consensualismo ambiental, quando institucionalizado por meio de estruturas como os CEJUSCs, representa importante caminho para a efetivação dos direitos fundamentais socioambientais e para o aperfeiçoamento da governança ambiental no Brasil.

**Palavras-Chave:** CEJUSC Ambiental. Governança. Consensualismo.

## ABSTRACT

This article aims to analyze the role of the Judicial Centers for Conflict Resolution and Citizenship (CEJUSCs) with environmental jurisdiction as instruments for strengthening good governance within the Judiciary, through the promotion of consensual methods of conflict resolution. It is based on the premise that environmental disputes, due to their technical complexity, the multiplicity of involved parties, and collective consequences, require more dialogical, preventive, and collaborative approaches that go beyond the traditional adversarial model. The general objective is to investigate how Environmental CEJUSCs contribute to the institutional governance of the Judiciary by promoting the effectiveness of environmental protection through mediation and conciliation. To this end, the specific objectives include: examining the legal and normative foundations that support the creation and operation of CEJUSCs with an environmental focus; understanding the role of consensual methods in building sustainable and peaceful solutions for environmental conflicts; analyzing practical experiences of Environmental CEJUSCs in Brazil and their impacts on reducing litigation, improving procedural speed, and democratizing access to justice; and finally, proposing guidelines for the institutional strengthening of these centers as a public policy of the Judiciary guided by efficiency, social participation, and sustainability. The research adopts a qualitative approach, based on regulatory and bibliographic review, as well as the analysis of successful initiatives, demonstrating that environmental consensualism, when institutionalized through structures such as CEJUSCs, represents an important path for the realization of fundamental social and environmental rights and for the improvement of environmental governance in Brazil.

**Keywords:** Environmental CEJUSC. Governance. Consensualism.

## 1 INTRODUÇÃO

A crescente complexidade dos conflitos ambientais, na pós-modernidade<sup>1</sup> no Brasil, exige respostas institucionais inovadoras e eficientes, capazes de superar a rigidez do modelo judicial tradicional e atender aos princípios constitucionais da tutela ambiental, da efetividade jurisdicional e da participação cidadã. O artigo 225 da Constituição Federal consagra o meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito fundamental de todos e dever do Poder Público e da coletividade, o que exige, para sua concretização, instrumentos eficazes de prevenção, resolução e pacificação de litígios que envolvem bens difusos e coletivos, geralmente marcados por múltiplos interesses e impactos transversais.

Nesse contexto, os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs) surgem como espaços institucionais especialmente relevantes. Criados pela Resolução nº 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), os CEJUSCs têm como missão institucional promover métodos adequados de solução de conflitos, com ênfase na conciliação e na mediação, alinhando-se à lógica de um Judiciário mais célere, eficiente e resolutivo. A referida resolução ainda instituiu a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses, que visa não apenas desafogar o Judiciário, mas também fomentar uma cultura de paz e diálogo.

Com a consolidação dos CEJUSCs em diferentes áreas do Direito, emergiu nos últimos anos uma nova frente de atuação: os CEJUSCs com competência ambiental. Essa proposta, embora ainda incipiente no cenário nacional, vem ganhando força como modelo de inovação institucional. A criação de CEJUSCs Ambientais reflete o reconhecimento de que os litígios ambientais — muitas vezes relacionados à ocupação irregular do solo, descarte de resíduos, poluição de corpos hídricos, conflitos fundiários e de uso de recursos naturais — possuem características específicas que os diferenciam dos litígios privados comuns, exigindo abordagem técnica, interinstitucional e dialógica.

---

<sup>1</sup> “A pós modernidade é, por isso, como um movimento intelectual, a crítica da modernidade, a consciência da necessidade de emergência de uma outra visão de mundo, a consciência do fim das filosofias da história e da quebra de grandes metanarrativas, demandando novos arranjos que sejam capazes de ir além dos horizontes fixados pelos discursos da modernidade” (BITTAR, 2009, p. 146).

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

A experiência do Tribunal Regional Federal – 2ª. Região (TRF2), por exemplo, é paradigmática quando institui o Portal Socioambiental da Justiça Federal da Segunda Região, celebrando a criação do CEJUSC-Ambiental que é vinculado ao Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TRF2 e se destina a buscar soluções consensuais entre as partes envolvidas nos processos de causas complexas. (TRF2. 2025). Esses dados revelam um movimento crescente e promissor de institucionalização da consensualidade no campo ambiental.

A proposta de fortalecimento dos CEJUSCs Ambientais está inserida em um esforço mais amplo de boa governança do Poder Judiciário, conceito que envolve a prestação jurisdicional eficiente, a transparência, a escuta qualificada da sociedade e o alinhamento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU — em especial o ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) e os ODS 13 e 15 (Ação contra a Mudança Global do Clima e Vida terrestre, respectivamente). O Relatório Justiça em Números 2024 (CNJ. 2025), publicado pelo CNJ, evidenciou, por exemplo, que mais de 80,2 milhões de processos tramitam atualmente no Judiciário brasileiro, dos quais grande parte poderia ser resolvida por meios autocompositivos, com ganhos de tempo, recursos e qualidade da decisão. A efetivação de políticas públicas judiciais voltadas à resolução pacífica de conflitos ambientais contribui, assim, para a redução da litigiosidade e para o aprimoramento da governança judicial em consonância com os desafios contemporâneos da sustentabilidade.

Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo geral analisar como os CEJUSCs<sup>2</sup> Ambientais contribuem para o fortalecimento da governança institucional do Poder Judiciário<sup>3</sup>, por meio da valorização dos métodos consensuais de solução de conflitos e da promoção da efetividade da tutela ambiental. Para alcançar esse propósito, são estabelecidos os seguintes objetivos específicos: examinar os fundamentos jurídicos e normativos que sustentam a criação e o funcionamento dos CEJUSCs com enfoque ambiental; compreender o papel dos métodos autocompositivos na construção de soluções sustentáveis e pacíficas para os conflitos ambientais; analisar experiências práticas de CEJUSCs Ambientais no Brasil e

---

<sup>2</sup> Novo modelo de porta de entrada de acesso à justiça pelo sistema multiportas incorporado tanto pela resolução n. 125/2010, quanto pelo CPC/2015.

<sup>3</sup> Aqui parte-se da linha desenvolvida por Kazuo Watanabe que, por meio da **Resolução CNJ n. 125/2010**, que instituiu a política judiciária nacional de tratamento adequado dos conflitos e deu origem aos CEJUSCs, atualizou o conceito de acesso à justiça para **acesso à ordem jurídica justa**, e que os CEJUSCs são instrumentos fundamentais dessa nova concepção.

seus impactos na redução da litigiosidade, na celeridade processual e na democratização do acesso à justiça; e, por fim, propor diretrizes para o fortalecimento institucional desses centros como política pública do Poder Judiciário orientada pela eficiência, participação social e sustentabilidade.

Partindo da técnica do referente<sup>4</sup>, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e aplicada, tendo como método principal o indutivo, partindo da análise de experiências concretas e iniciativas práticas existentes no Brasil para, a partir delas, construir reflexões teóricas e propor diretrizes voltadas à ampliação e qualificação da atuação dos CEJUSCs Ambientais.

A investigação baseia-se em levantamento normativo e doutrinário, em documentos oficiais do Conselho Nacional de Justiça e de Tribunais Estaduais, além de artigos acadêmicos e estudos de caso, buscando compreender as potencialidades e os desafios da institucionalização do consensualismo ambiental como mecanismo de boa governança judicial e de efetivação dos direitos fundamentais socioambientais no país.

As técnicas de pesquisa acionadas para cumprir a finalidade proposta pelo método eleito são as de Pesquisa Documental e Bibliográfica<sup>5</sup>, a Categoria<sup>6</sup> e o Conceito Operacional<sup>7</sup>.

A adoção dessas últimas ferramentas é necessária para estabelecer, com clareza, o *acordo semântico*<sup>8</sup> entre o escritor e o(a) leitor(a), a fim de se indicar, minimamente, quais são os pressupostos teóricos que conduzem o desenvolvimento da pesquisa jurídica, inclusive ideológico<sup>9</sup>, deste estudo.

---

<sup>4</sup> A perspectiva conceitual da Técnica do Referente, entendida como a “[...] explicitação prévia do motivo, objetivo e produto desejado, delimitando o alcance temático e de abordagem para uma atividade intelectual, especialmente para uma pesquisa”, foi extraída da obra. (PASOLD, 2015, p. 217).

<sup>5</sup> “(...) Técnica de investigação em livros, repertórios jurisprudenciais e coletâneas legais”. (PASOLD, 2015, p. 207).

<sup>6</sup> “(...) palavra ou expressão estratégia à elaboração e/ou à expressão de uma ideia”. (PASOLD, 2015, p. 205).

<sup>7</sup> “(...) definição estabelecida ou proposta para uma palavra ou expressão, com o propósito de que tal definição seja aceita para os efeitos das ideias expostas”. (PASOLD, 2015, p. 205).

<sup>8</sup> “(...) ato pelo qual os envolvidos num processo comunicativo partilham os significados para as palavras e expressões que estão escrevendo ou falando”. (PASOLD, 2015, p. 204).

<sup>9</sup> “(...) vamos a entender por ideología a un cuerpo de ideas que expresan el funcionamiento deseable de la sociedad, por parte de un grupo humano o colectivo social. Implican una representación y evaluación político-social existente para un momento histórico determinado, plantean un tipo de sociedad ideal o deseable a que se aspira, y prescriben las acciones políticas que permitan, ya sea acercar lo existente con lo ideal [...]”. (SAAVEDRA, 2009, p. 28).

## 2.1 Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania

Os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs) são unidades do Poder Judiciário voltadas à promoção de métodos consensuais de resolução de disputas, notadamente a conciliação e a mediação. Instituídos originalmente pela Resolução CNJ nº 125/2010, esses centros fazem parte da Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado de Conflitos de Interesse no âmbito do Poder Judiciário, assegurando a todos o acesso a soluções efetivas e adequadas para seus litígios.

Em termos institucionais, o CEJUSC é definido como uma unidade judicial responsável, preferencialmente, por conduzir ou gerenciar sessões e audiências de conciliação e mediação — realizadas por conciliadores e mediadores capacitados — bem como por prestar atendimento e orientação ao cidadão. Ou seja, além de intermediar acordos, os CEJUSCs também cumprem uma função de cidadania<sup>10</sup>, orientando os jurisdicionados<sup>11</sup> e filtrando demandas para garantir o acesso à ordem jurídica justa.

A criação dos CEJUSCs foi formalizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e posteriormente reforçada em leis federais. O Código de Processo Civil de 2015 (Lei nº 13.105/2015) incorporou em seu texto a determinação de que “todos os tribunais criarão centros judiciários de solução de conflitos e cidadania, responsáveis pela realização de sessões e audiências de conciliação e mediação, além do desenvolvimento de programas destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição”. Essa previsão legal (arts. 165 e 166 do CPC) não apenas referendou a política pública estabelecida pela Resolução CNJ nº 125/2010, como incorporou os CEJUSCs como unidade judiciária, dando-lhe reforço normativo à política de conciliação e mediação dirigindo-se a todos os tribunais para cada qual estruturar seus CEJUSCs. Da mesma forma, a Lei de Mediação (Lei nº 13.140/2015), em seu art. 24, também determinou a instalação de centros judiciários de solução de conflitos, alinhando-se à política do CNJ.

Em suma, hoje os CEJUSCs têm base jurídica sólida: nasceram de uma resolução do CNJ e foram positivados pela legislação federal, integrando a estrutura do Judiciário em todo o país.

---

<sup>10</sup> “(...) A cidadania não poderia então nesse momento ser definida a partir apenas dos textos jurídicos que fixam alguns de seus atributos: ela evoca uma realidade mais difusa e mais profunda, atingindo as próprias raízes da identidade individual e coletiva; a cidadania apresenta-se como um estatuto, mais ou menos interiorizado por cada qual ao termo de um processo de aprendizado, que fixa as modalidades e as formas de pertinência ao grupo de referência”. (CHEVALLIER, 2009, p. 252).

<sup>11</sup> Embora o art. 165 do CPC e o art. 24 da Lei de Mediação tenham omitido o termo “Cidadania” previsto na Seção II do Capítulo II da Resolução CNJ nº 125/2010, os serviços de orientação ao cidadão permanecem mantidos em decorrência da força normativa da política judiciária nacional.

Essa institucionalização envolveu também a criação de órgãos gestores dentro de cada tribunal. A Resolução CNJ nº 125/2010 (CNJ. 2025) não apenas cunhou o conceito de CEJUSC, como também previu a instalação de Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC) em cada Tribunal, responsáveis por implantar e supervisionar os CEJUSCs localmente. Cada CEJUSC conta com um juiz coordenador e equipes de conciliadores e mediadores, muitas vezes voluntários ou cedidos, todos capacitados segundo diretrizes nacionais do CNJ. O Conselho Nacional de Justiça, por sua vez, exerce papel central na formulação dessa política pública<sup>12</sup>, (CNJ. 2025) estabelecendo diretrizes de treinamento, códigos de ética para conciliadores e mediadores, e fomentando a padronização de práticas nos CEJUSCs em todo o país.

Importante destacar o papel de “Cidadania” nos CEJUSCs. Não se trata apenas de centros de conciliação e mediação. São também pontos informacionais de atendimento ao cidadão. Os CEJUSCs são concebidos como pontos de funcionamento da Política Judiciária Nacional de Tratamento de Conflitos de Interesse, em que atuam os principais agentes da pacificação (conciliadores, mediadores e servidores públicos) e local de informação ao público para orientação jurídica e triagem de casos. Muitas unidades oferecem serviços de cidadania como auxílio na obtenção de documentos, orientação jurídica básica e outros apoios, integrando a Justiça com a comunidade local. Essa dimensão cidadã reforça a governança participativa no Judiciário, aproximando-o da sociedade e prevenindo conflitos. Ressalte-se a atuação pré-processual, portanto, em fase anterior a se tornar um processo formal.

## 2.2 Resultados, Eficiência e Impactos na Desjudicialização

Os CEJUSCs têm desempenhado um papel-chave na busca de maior eficiência do Poder Judiciário e na redução da litigiosidade excessiva (desjudicialização). Diversos indicadores e estudos oficiais confirmam sua relevância:

Alívio na carga de processos: Ao oferecer caminhos de acordo, os CEJUSCs evitam que inúmeros conflitos se tornem demandas judiciais formais. Por exemplo, apenas no ano de 2015, as unidades pré-processuais do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) homologaram 82.140 acordos em sessões de conciliação antes do ajuizamento das ações. Isso representou

---

<sup>12</sup> CNJ. **Conciliação e Mediação:** Perguntas e Respostas. Disponível em: <https://bibliotecadigital.cnj.jus.br/jspui/bitstream/123456789/219/1/Concilia%C3%A7%C3%A3o%20e%20Media%C3%A7%C3%A3o%20Perguntas%20e%20Respostas.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2025.



mais de 82 mil potenciais processos que não ingressaram no já sobrecarregado sistema judicial paulista naquele ano. (TJSP. 2025).

Nacionalmente, com o fortalecimento dos CEJUSCs, milhões de casos têm sido solucionados de forma antecipada. Dados de 2024 indicam que, entre janeiro e outubro, os tribunais estaduais e trabalhistas já contabilizavam 2,41 milhões de conciliações realizadas (muitas das quais em etapas pré-processuais). Cada acordo prévio celebrado é um processo a menos distribuído, contribuindo diretamente para a desjudicialização e para a economia de recursos judiciais. (TRT6.).

A cultura do acordo vem ganhando escala. O relatório Justiça em Números 2024<sup>13</sup> revela que o número de sessões de conciliação/ mediação praticamente dobrou nos últimos anos. Entre 2020 e 2023, houve um crescimento de 137% no total de audiências conciliatórias realizadas, saltando de 1,7 milhão para 4,1 milhões de sessões anuais. (COLÉGIO REGISTRAL (RS). 2025).

Isso demonstra que mais partes estão buscando o caminho dos CEJUSCs para resolver suas questões. Além disso, durante as Semanas Nacionais de Conciliação, centenas de milhares de pessoas são atendidas em poucos dias. Em 2023, na 18ª edição, foram pautados casos que resultaram em mais de R\$ 1,6 bilhão em acordos homologados em apenas uma semana, segundo dados do CNJ – um indicativo do potencial massivo desses esforços concentrados.

Uma métrica importante de eficiência é o percentual de casos que terminam em acordo. No âmbito dos CEJUSCs, os resultados têm sido animadores, embora haja espaço para melhora. Em demandas pré-processuais, a taxa de acordo costuma ser elevada – acima de 60% em muitos tribunais. No TJSP, conforme citado, atingiu 67% de sucesso<sup>14</sup> em 2015. Isso reflete o fato de que, voluntariamente buscando a conciliação antes de processar, as partes estão mais dispostas a ceder e encontrar um meio-termo. Já nas conciliações processuais (com o processo já em curso), o índice é menor, porém ainda significativo – em torno de 40% a 50% de acordos nas sessões realizadas.

No TJSP foi de 49% em 2015, por exemplo. Em nível nacional, o Índice de Conciliação calculado pelo CNJ (que mede acordos homologados em relação ao total de sentenças) tem oscilado entre cerca de 11% e 14% na última década. Em 2024, estava em

---

<sup>13</sup> Conforme: CNJ. **Justiça em números**. 2025.

<sup>14</sup> TJSP. **Em 2015, CEJUSCs alcançaram 67% de acordos em demandas pré-processuais**. 2025.



10,9% no geral (todas as instâncias e ramos da Justiça), tendo atingido um pico histórico de 13,6% alguns anos antes.

Esses percentuais ainda são baixos frente ao volume de litigância, o que revela o desafio cultural: grande parte dos casos segue para decisão judicial tradicional. Contudo, quando se isolam situações em que a conciliação é efetivamente tentada (nas audiências do CEJUSC), verifica-se que uma parcela considerável resulta em acordo. Ou seja, o gargalo muitas vezes está em trazer as partes para a mesa de negociação.

Por isso, metas judiciais recentes focam não apenas na taxa de acordos, mas também em aumentar o número de casos encaminhados aos CEJUSCs. Vale destacar que na Justiça Estadual, graças a iniciativas como a Meta 3, o índice de conciliação chegou a 18,4% em 2024 (acima da meta mínima fixada), mostrando que o engajamento institucional pode sim elevar a efetividade das soluções consensuais.

Atualmente, os CEJUSCs estão presentes em praticamente todas as comarcas de grande movimento forense, bem como em muitas cidades do interior via postos avançados. Como mencionado, havia 1.930 CEJUSCs instalados até o fim de 2023, espalhados por todos os estados.

A Justiça Estadual concentra a maioria, mas a Justiça Federal conta com CEJUSCs em suas seções judiciárias (focando principalmente em matérias como sistema financeiro da habitação, executivos fiscais federais etc.) e a Justiça do Trabalho incorporou a política de conciliação em seus Centros de Conciliação (CEJUSC-JT) nas varas e nos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs). Essa capilaridade significa que milhões de cidadãos podem acessar a justiça consensual de forma mais simples, às vezes em ambientes menos formais que os tribunais, localizados em fóruns ou mesmo em espaços comunitários.

Os CEJUSCs costumam funcionar com horários flexíveis, agendamento facilitado (inclusive por meios eletrônicos) e atendimento humanizado, fatores que melhoram a satisfação dos usuários e a imagem do Judiciário. Pesquisas de satisfação têm mostrado aprovação elevada dos que passam pela mediação ou conciliação, pois independentemente do acordo, eles se sentem ouvidos e veem celeridade na tentativa de solução do seu caso.

Impacto na governança e eficiência judicial: A presença dos CEJUSCs alterou a forma de gestão dos fluxos processuais. Muitos tribunais relatam redução de congestionamento em varas onde os CEJUSCs assumiram parcela das audiências.

No Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM) (TJAM. CEJUSC, 2025) por exemplo, dados consolidados indicam que os CEJUSCs absorvem cerca de 40% dos processos

distribuídos nas varas abrangidas, alcançando acordos em aproximadamente 50% dos casos atendidos.

Ou seja, quase metade dos litígios que ingressam no Judiciário amazonense tem a chance de ser resolvida consensualmente graças aos centros de conciliação, o que desafoga significativamente os julgadores e acelera a resposta ao cidadão. No âmbito nacional, estima-se que a política de conciliação tenha contribuído para frear o crescimento exponencial do estoque de processos. Mesmo com mais de 79 milhões de processos em tramitação (dado de 2025), o incentivo à solução amigável mitigou o acréscimo que seria ainda mais insustentável sem os CEJUSCs. Em termos de gestão, investir em conciliação tem se mostrado custo-efetivo: implementar um CEJUSC requer baixa estrutura (algumas salas, servidores remanejados, voluntários), e pode economizar os altos custos de um processo prolongado.

Segundo o Ministro Marco Aurélio Gastaldi Buzzi (STJ), “não há necessidade de mais verbas no orçamento para conciliação, pois o ônus financeiro de implantação de Núcleos e CEJUSCs é muito reduzido”. Trata-se, portanto, de uma medida de governança judiciária racional: com pequeno investimento, obtém-se grande ganho em eficiência e redução de acervo<sup>15</sup>.

Pacificação social e satisfação das partes: Embora difícil de quantificar, um impacto fundamental dos CEJUSCs é a melhoria na qualidade da prestação jurisdicional em termos de pacificação social. Conflitos resolvidos por acordo tendem a gerar menos ressentimento e menos descumprimento que decisões impostas. O índice de cumprimento espontâneo de acordos é alto, reduzindo a necessidade de longas execuções forçadas. Além disso, a experiência do acordo pode ter efeito educativo, mudando a cultura do litígio para a cultura do diálogo.

Magistrados têm observado que partes que passam por conciliação saem mais propensas a buscar soluções extrajudiciais no futuro, o que alimenta um círculo virtuoso de desjudicialização. Nesse sentido, os CEJUSCs contribuem para a governança colaborativa: o Judiciário deixa de ser visto apenas como um árbitro que impõe sentenças e passa a ser um facilitador para que os próprios cidadãos construam soluções mutuamente benéficas.

Em síntese, os CEJUSCs já demonstraram resultados concretos: milhões de acordos celebrados, prazos processuais encurtados, sobrecarga judicial atenuada e um atendimento mais próximo ao cidadão. Ao mesmo tempo, há desafios evidentes – a taxa global de conciliação ainda é baixa e precisa crescer, especialmente em certos ramos e tipos de conflito.

---

<sup>15</sup> Conforme: CNJ. **Lei da Mediação e novo CPC reforçam acerto da Resolução 125 do CNJ.** 2025

Mas a trajetória até aqui indica que os CEJUSCs se tornaram instrumentos indispensáveis na engrenagem do Poder Judiciário, trazendo mais eficiência, redução de custos e legitimidade às soluções alcançadas.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

#### **3.1 CEJUSCs Ambientais como Inovação de Conflitos**

Uma das frentes mais inovadoras dentro da política de CEJUSCs é a criação de centros especializados em matérias complexas ou de grande impacto coletivo, como é o caso dos CEJUSCs Ambientais. Questões ambientais tipicamente envolvem múltiplos atores (empresas, governos, comunidades) e apresentam alta conflituosidade e tecnicidade, o que torna sua resolução judicial demorada e incerta. Alguns tribunais brasileiros desenvolveram iniciativas pioneiras para aplicar a conciliação e mediação também nesses casos, com ótimos resultados. Destacam-se as experiências do Amazonas, de Minas Gerais<sup>16</sup>, de São Paulo, e do Mato Grosso, que abordaremos a seguir, ressaltando boas práticas, parcerias interinstitucionais e casos de sucesso.

O Tribunal de Justiça do Mato Grosso foi precursor nacional ao instalar, em 2015, o primeiro CEJUSC Ambiental do Brasil. (TJMT.2025). Essa unidade especializada, sediada em Cuiabá, foi idealizada para tratar conflitos ambientais de grande envergadura, especialmente aqueles envolvendo danos ecológicos complexos. A iniciativa mato-grossense foi tão bem-sucedida que foi incluída no Portal CNJ de Boas Práticas do Poder Judiciário como referência no tema ambiental.

O CEJUSC Ambiental do TJMT tornou-se um modelo de atuação colaborativa para casos em que a via judicial tradicional se mostrava inadequada ou ineficaz em termos de tempo e resultado. (TJMT. 2025).

Um caso emblemático solucionado por esse CEJUSC foi mencionado pela presidente do TJMT, Desembargadora Clarice Claudino, na Cúpula Judicial Ambiental da Amazônia em 2023: tratava-se de uma ação civil pública ambiental que já durava 20 anos em fase de cumprimento de sentença, sem solução definitiva. Graças à mediação conduzida no CEJUSC Ambiental, chegou-se a um acordo histórico envolvendo proprietários particulares, uma

---

<sup>16</sup> Em Minas, denomina-se: “Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania para Demandas Ambientais de Grande Repercussão Social - CEJUSC Ambiental” criado para solucionar conflitos relacionados a demandas ambientais de grande repercussão social. A instalação deu-se em 11 de dezembro de 2015.

empresa e o Poder Público local, visando a recuperação integral dos prejuízos causados pela degradação de uma extensa Área de Preservação Permanente às margens do Rio Coxipó (afluente do Rio Cuiabá, formador do Pantanal). Após duas décadas de tramitação infrutífera, a conciliação possibilitou definir as obrigações de cada parte e um plano de reparação ambiental, acelerando a restauração daquele ecossistema degradado. (TJMT. 2025).

Ora, os êxitos do CEJUSC Ambiental de Mato Grosso, neste e em diversos outros casos, ilustram boas práticas valiosas: atuação preventiva (acordos abrangentes que evitam conflitos futuros), envolvimento de órgãos técnicos e do Ministério Público nas negociações, e foco na efetividade prática (mais que na disputa jurídica). Esses elementos vêm inspirando outros estados.

No Amazonas, embora não exista formalmente um “CEJUSC Ambiental” denominado como tal, o estado foi pioneiro na especialização da tutela ambiental e na incorporação de métodos consensuais nessa seara. O TJAM criou já em 1997 a primeira Vara Especializada do Meio Ambiente e de Questões Agrárias (VEMAQA) do Brasil, antecipando-se em anos a outros tribunais.

Sob a liderança do juiz Adalberto Carim, a Vara Ambiental do Amazonas adotou desde o início uma visão inovadora de *justiça ecológica*, combinando punição com educação ambiental e conciliação. Em 1998, por exemplo, o juiz instituiu o *Centro de Ressocialização Ambiental* vinculado à Vara, com o propósito de educar infratores ambientais e buscar soluções conciliatórias nos casos de menor potencial ofensivo. Essa iniciativa contava com a parceria de diversos órgãos – Justiça Federal, IBAMA, secretarias de meio ambiente municipal e estadual, batalhão de polícia ambiental, Delegacia do Meio Ambiente, entre outros.

Durante mais de 20 anos, foram realizadas 110 oficinas de reeducação ambiental, capacitando 1.963 pessoas (autores de infrações ambientais) e fomentando a conscientização ecológica. O resultado foi notável: virtualmente zero reincidência entre os participantes, comprovando o poder transformador dessa abordagem pedagógica e conciliatória. (TJAM. 2025).

O TJSP, maior tribunal do país, seguiu um caminho ligeiramente diverso ao lidar com conflitos ambientais. Ainda em 2005, São Paulo inovou ao criar a 1ª Câmara Reservada ao Meio Ambiente no Tribunal de Justiça, (TJSP. 2025) órgão de 2ª instância dedicado exclusivamente a julgar apelações e recursos em matéria ambiental.

Foi a primeira câmara ambiental do Brasil e da América Latina. Ao contrário de outros estados que instituíram varas ambientais de primeiro grau, o TJSP apostou em especializar o

segundo grau, visando uniformizar a jurisprudência e dar tratamento técnico especializado aos casos ambientais em todo o estado. Em 2012, devido aos bons resultados (celeridade e decisões de qualidade), foi criada a 2ª Câmara Ambiental do TJSP. Essa especialização no âmbito recursal contribuiu para respostas mais rápidas e consistentes, além de facilitar acordos em segunda instância (muitas vezes, os desembargadores conduzem sessões de conciliação em recursos, especialmente após a Resolução nº 125 incentivar conciliar em qualquer fase).

Quanto aos CEJUSCs em si, o TJSP incorporou as questões ambientais dentro de seus CEJUSCs cíveis e da Fazenda já existentes. Por exemplo, disputas envolvendo multas ambientais, licenciamentos ou remoção de ocupações em áreas de proteção podem ser mediadas nos CEJUSCs das comarcas, muitas vezes com participação de promotores e órgãos como CETESB (Companhia Ambiental de São Paulo). O TJSP também participou de programas interinstitucionais, como forças-tarefa de conciliação para casos de desocupações irregulares com impacto ambiental, buscando soluções negociadas que aliem o direito à moradia com a preservação ambiental (em parceria com prefeituras e Ministério Público). (TJSP. 2025).

Diversos outros Estados têm adotado a política dos CEJUSCs temáticos, a exemplo de Minas Gerais, Amazonas e conforme acima, São Paulo. De modo geral, as experiências de CEJUSCs Ambientais e iniciativas correlatas evidenciam parcerias interinstitucionais frutíferas. Seja em Mato Grosso, Minas Gerais, Amazonas ou São Paulo, um denominador comum é a cooperação entre Judiciário, órgãos ambientais executivos, Ministério Público, Universidades e Sociedade Civil.

Essas alianças ampliam o leque de soluções e garantem que os acordos tenham sustentação técnica e adesão das partes interessadas. Além disso, os casos de sucesso narrados – acordos para recuperação de rios, proteção de áreas úmidas, reeducação de infratores, realocações planejadas – reforçam que a conciliação pode enfrentar conflitos de alta complexidade com eficiência superior à do litígio adversarial.

Para o Poder Judiciário, aventurar-se nessas inovações representa também aprimorar sua governança. Os CEJUSCs Ambientais trazem não apenas resolução de casos específicos, mas conhecimento e precedentes que orientam políticas públicas. Conforme observou a desembargadora do TJMT, as experiências bem-sucedidas em Mato Grosso projetam influência e respeito entre os demais estados, aperfeiçoando a própria jurisprudência ambiental brasileira. (TJMT. 2025).

Com intuito de ampliar os serviços judiciais de resolução consensual na área ambiental e asseverar o compromisso do Poder Judiciário com a proteção ambiental e o enfrentamento das mudanças climáticas, o CNJ, por meio da Resolução CNJ nº 433/2021 e atualizada pela Resolução CNJ nº 611/2024, instituiu núcleos de apoio técnico ambientais obrigatórios nos Tribunais e o uso de tecnologias como sensoriamento remoto e satélites para subsidiar decisões, que inclui o uso do SireneJud<sup>17</sup>, plataforma georreferenciada para apoio técnico às ações ambientais<sup>18</sup>, e a aplicação do Protocolo para Julgamento de Ações Ambientais lançado em 2023.

Para priorizar o julgamento de processos ambientais, incluindo execuções fiscais ambientais, conflitos climáticos e ações com potencial de solução consensual e dar visibilidade e celeridade à Meta Nacional nº 06 (Meta 6), o CNJ organizou a Semana da Pauta Verde<sup>19</sup> tem seu tempo de destaque entre.

Por fim, registre-se a experiência inicial, em 2024, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), de conciliação/mediação em demandas de invasão em Área de Preservação Permanente (APP), que se encontravam em Segundo Grau. Cerca de 80 processos foram objeto de acordo.

Para 2025, o CEJUSC Estadual Catarinense (CEC) pautou 436 processos na Semana da Pauta Verde para atender a Meta 6, com processos em trâmite em ambos os graus de jurisdição com possibilidade de formalização de acordo.

A partir dessa experiência, caberá ao TJSC promover esforços para implementação da nova agenda ambiental com base na Resolução CNJ 611/2024, que atualizou a Resolução CNJ nº 433/2021, (BRASIL. 2025). que instituiu a Política Nacional do Poder Judiciário para o Clima e Meio Ambiente, mediante a designação de Grupo do Meio Ambiente<sup>20</sup> e de instituição do Núcleo de Apoio Técnico às Ações Ambientais (NAT-Ambiental).

---

<sup>17</sup> O SireneJud (Sistema Interinstitucional de Registro de Informações de Natureza Especial sobre o Meio Ambiente no Poder Judiciário) é um painel interativo nacional de dados ambientais desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Painel interativo: <https://sirenejud.cnj.jus.br/home>

<sup>18</sup> Acesso ao painel interativo: <<https://sirenejud.cnj.jus.br/home>>.

<sup>19</sup> Período de 18 e 22 de agosto de 2025, com a participação de Tribunais de todo o Brasil, estaduais e federais, embora com programação conforme sua estrutura interna, o foco é fortalecer ações pacíficas e estratégicas voltadas ao meio ambiente, sendo que as atividades incluem sessões de julgamento prioritárias, pautas concentradas de conciliação em causas ambientais, intercâmbio de boas práticas e eventuais correções ou inspeções.

<sup>20</sup> Com atribuições de: Monitorar o cumprimento da política climático-ambiental; executar diretrizes do Fórum Ambiental do Poder Judiciário (Fonamb); apoiar os Núcleos de Apoio Técnico às Ações Ambientais (NAT-Ambiental); fomentar cooperação entre tribunais e órgãos ambientais; Promover estudos, campanhas e debates sobre temas ambientais, entre outras.



A seguir um levantamento nos tribunais estaduais referentes as experiências de atuação na área ambiental e o registro de eventual CEJUSC Ambiental:

| <b>Tribunal</b> | <b>Experiência Ambiental</b>   | <b>CEJUSC Ambiental</b>   |
|-----------------|--|---|
| <b>TJAC</b>     | O TJAC mantém CEJUSCs em diversas comarcas e possui uma Coordenadoria de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental (COSUS), além de parcerias com a Secretaria do Meio Ambiente para arborização e educação ecológica.  | Não há unidade formalmente denominada CEJUSC Ambiental  |
| <b>TJAL</b>     | Os CEJUSCs podem atuar nesses casos quando provocados, especialmente por órgãos como o Ministério Público ou Defensoria Pública.   | Não há unidade formalmente denominada CEJUSC Ambiental.   |
| <b>TJAP</b>     | O CEJUSC de Santana coordena o Projeto Cidadão Mirim Ambiental, voltado à educação ecológica de crianças em situação de vulnerabilidade.   | Não há unidade formalmente denominada CEJUSC Ambiental  |
| <b>TJAM</b>     | Participa da Semana da Pauta Verde com foco em conciliação de processos ambientais. CEJUSC realiza mutirões com concessionárias ambientais.  | Não há uma unidade formalmente denominada CEJUSC Ambiental  |
| <b>TJBA</b>     | Criado pelo Decreto Judiciário nº 332, de 21 de maio de 2021, o CEJUSC Socioambiental tem como objetivo resolver conflitos que envolvam danos ambientais e seus impactos sociais, como poluição do ar, da água, disposição irregular de resíduos sólidos.  | Não há unidade formalmente denominada CEJUSC Socioambiental, com atuação voltada exclusivamente à mediação e conciliação de conflitos ambientais. |
| <b>TJCE</b>     | Ações voltadas à conciliação de conflitos ambientais por meio de seus CEJUSCs, especialmente durante eventos como a Semana da Pauta Verde.   | Não há unidade formalmente denominada CEJUSC Ambiental.   |
| <b>TJDFT</b>    | O CEJUSC Brasília (CEJUSC-BSB) realiza ações voltadas à temática ambiental, como eventos e mutirões em datas simbólicas, incluindo o Dia Mundial do Meio Ambiente.   | Não há unidade formalmente denominada CEJUSC Ambiental.   |
| <b>TJES</b>     | Há CEJUSCs em várias comarcas, com atuação pré-processual e processual, com ações voltadas à sustentabilidade e inclusão social que podem abranger conflitos ambientais.   | Não há unidade formalmente denominada CEJUSC Ambiental  |
| <b>TJGO</b>     | Os CEJUSCs podem atuar nesses casos quando provocados, especialmente por órgãos como o Ministério Público ou Defensoria Pública.   | Não há unidade formalmente denominada CEJUSC Ambiental.   |
| <b>TJMA</b>     | Participa ativamente da Semana da Pauta Verde, promovida pelo CNJ, com foco na priorização de processos ambientais estruturais e estímulo à conciliação e mediação. Em 2025, foram pautados 924 processos ambientais, incluindo execuções fiscais e ações passíveis de acordo, como ANPPs e suspensões condicionais do processo. | Não há unidade formalmente denominada CEJUSC Ambiental.   |
| <b>TJMG</b>     | Competência, em todo o Estado de Minas Gerais, para a conciliação, mediação e outros meios adequados de solução de conflitos, pré-processual e processual, destinados à solução de conflitos relacionados a demandas ambientais de grande repercussão social.  | Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania para Demandas Ambientais de Grande Repercussão Social - CEJUSC Ambiental                    |
| <b>TJMS</b>     | Mantém uma rede de CEJUSCs em diversas comarcas,   | Não há unidade formalmente  |



| <b>Tribunal</b> | <b>Experiência Ambiental</b>   | <b>CEJUSC Ambiental</b>  |
|-----------------|--|--|
|                 | com atuação em mediação e conciliação de conflitos cíveis, familiares, empresariais e outros.  | denominada CEJUSC Ambiental.   |
| <b>TJMT</b>     | Realiza mutirões ambientais, como o 6º Mutirão Ambiental, com mais de 300 processos em pauta para conciliação. O CEJUSC Ambiental foi criado pela Portaria n° 307/2013-PRES, com atuação na mediação e conciliação de conflitos ambientais, tanto na fase pré-processual quanto processual.                          | Ambiental especializado, dedicado exclusivamente à solução de conflitos ambientais   |
| <b>TJPA</b>     | Realiza mutirões de conciliação ambiental em Paragominas e capacitação em Direito Ambiental para a Semana da Pauta Verde.  | Não há unidade formalmente denominada CEJUSC Ambiental   |
| <b>TJPB</b>     | Participou da Semana da Pauta Verde, realizando um esforço concentrado para acelerar o julgamento de processos ambientais conciliáveis.  | Não há unidade formalmente denominada CEJUSC Ambiental   |
| <b>TJPE</b>     | Sua rede de CEJUSCs podem atuar nesses casos quando provocados, especialmente por órgãos como o Ministério Público, Defensoria Pública ou entidades ambientais.  | Não há unidade formalmente denominada CEJUSC Ambiental.  |
| <b>TJPR</b>     | Possui CEJUSCs com atuação diversa, incluindo conflitos fundiários, com apoio do NUPEMEC e cartilhas orientativas.   | Não possui um CEJUSC Ambiental específico identificado em seus documentos oficiais ou na estrutura divulgada pelo NUPEMEC. |
| <b>TJRJ</b>     | Os CEJUSCs do TJRJ atuam em diversas áreas, com estrutura para mediação e conciliação. Não há menção específica a CEJUSC Ambiental, mas há iniciativas como os Polos Avançados de Solução de Conflitos Extrajudiciais (PASCEs), que podem incluir temas ambientais.  | Não há unidade formalmente denominada CEJUSC Ambiental.  |
| <b>TJRN</b>     | Rede de oito CEJUSCs ativos, distribuídos entre a capital e o interior, com possibilidade de atuação em conflitos ambientais quando provocados por órgãos como o Ministério Público.   | Não há unidade formalmente denominada CEJUSC Ambiental.  |
| <b>TJRS</b>     | Os CEJUSCs podem atuar nesses casos quando provocados, especialmente por órgãos como o Ministério Público, Defensoria Pública ou entidades ambientais.   | Não há unidade formalmente denominada CEJUSC Ambiental.  |
| <b>TJRO</b>     | Promove formações sobre tutela ambiental e realiza reuniões para conciliação em ações judiciais ambientais.  | Não há unidade formalmente denominada CEJUSC Ambiental.  |
| <b>TJRR</b>     | O TJRR possui CEJUSCs em todas as comarcas, incluindo polos itinerantes. Embora não haja menção direta a CEJUSC Ambiental, há ações voltadas à sustentabilidade e gestão ambiental, como o inventário de emissões e o programa Justiça Carbono Zero.   | Não há unidade formalmente denominada CEJUSC Ambiental.  |
| <b>TJSC</b>     | O CEJUSC Estadual Catarinense (CEC) atua em demandas ambientais, inclusive estruturais, com sessões virtuais e híbridas. Participa da Semana da Pauta Verde. Embora não seja denominado exclusivamente CEJUSC Ambiental, o CEC tem competência para tratar conflitos ambientais estruturais e de grande repercussão. | Não há uma unidade formalmente denominada CEJUSC Ambiental.  |

| <b>Tribunal</b> | <b>Experiência Ambiental</b>   | <b>CEJUSC Ambiental</b>                                    |
|-----------------|--|--|
| <b>TJSP</b>     | CEJUSCs em diversas comarcas, incluindo ações ambientais como o projeto “Reciclar para a Cidadania” em Guará.  | Não há registro oficial de um CEJUSC Ambiental específico. |
| <b>TJSE</b>     | Realiza ações voltadas à conciliação de conflitos ambientais por meio de seus CEJUSCs. Realizou pelo CEJUSC de Aracaju mutirão de conciliação para formalmente denominada negociação de débitos decorrentes de infrações ambientais.                   | Não há uma unidade denominada CEJUSC Ambiental.            |
| <b>TJTO</b>     | Criado pela Portaria nº 2733, de 18 de novembro de 2022, Centro Judiciário de Solução o CEJUSCAF tem como objetivo promover a mediação de Conflitos e Cidadania judicial relacionada à regularização ambiental e fundiária, tanto urbana quanto rural. | Ambiental e Fundiário. CEJUSCAF.                           |

Quadro 1 – CEJUSC Ambiental<sup>21</sup>

Portanto, extrai-se do Quadro 1 as seguintes observações: 1) O Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Ambiental e Fundiário -. CEJUSCAF, do **TJTO** possui um dos modelos mais avançados do país em termos de integração entre justiça ambiental e fundiária; 2) O CEJUSC Ambiental do **TJMG** possui um dos mais estruturados do país e pode servir como referência para outros tribunais; 3) O CEJUSC Ambiental do **TJMT** foi o primeiro do Brasil dedicado exclusivamente à solução de conflitos ambientais. Sua criação data de 2013.

Em outras palavras, as lições aprendidas em conciliações ambientais alimentam melhorias estruturais na forma como o Tribunal lida com o meio ambiente – seja incentivando a criação de varas especializadas, câmaras técnicas, ou protocolos de julgamento para litígios ambientais complexos.

### 3.2 A Boa Governança e o Consensualismo Ambiental

A boa governança e o consensualismo ambiental são práticas de gestão e política e de justiça nos processos jurídicos na esfera ambiental. A governança é “compreendida como um conjunto de práticas de gestão que permita às organizações da Justiça Federal melhorar sua capacidade transformar suas políticas públicas em ação concreta, com melhores serviços para a sociedade”. (MANUAL DE GOVERNANÇA DA JUSTIÇA FEDERAL, 2025).

Portanto, por meio da governança, busca-se aumentar a capacidade de processar as demandas da sociedade e de articulá-las com os processos públicos e privados de

<sup>21</sup> O Quadro 1 foi elaborado pelos autores a partir das informações obtidas nos sites oficiais dos respectivos Tribunais ([www.tjXX.jus.br](http://www.tjXX.jus.br))

tomada de decisão. Busca-se um equilíbrio dinâmico entre a eficiência dos mecanismos burocráticos de gestão e a participação dos setores da sociedade civil interessados na sustentabilidade do desenvolvimento. Os entes do Estado, em última instância, prestam conta dos seus atos e da sua eficiência ante as sociedades nacionais. MOURA, BEZERRA, 2016, p. 92).

Nesse sentido, há diversas definições de governança, pois a Comissão sobre Governança Global (Commission on Global Governance – CGG) das Nações Unidas define governança “como a soma total dos vários modos como indivíduos e instituições, públicos e privados, administram seus negócios comuns. Trata-se de um processo contínuo, por meio do qual, interesses conflitantes”. Esse processo inclui instituições de poder para impor a observância das regras. (MOURA, BEZERRA, 2016, p. 92-93).

A governança envolve, portanto, além das questões político-institucionais de tomada de decisões, as formas de interlocução do Estado com os grupos organizados da sociedade, no que se refere ao processo de definição, acompanhamento e implementação de políticas públicas. (MOURA, BEZERRA, 2016, p. 92-93).

A boa governança ambiental trata de como as decisões são tomadas para gerenciar o meio ambiente e os conflitos ambientais, tratando o cumprimento das leis através de políticas para orientar ações de órgãos públicos e privados. A boa governança é a combinação de estruturas institucionais com processos participativos que incluem os atores sociais e o planejamento das políticas públicas na gestão de governo com participação, transparência e responsabilidade. (MOURA, BEZERRA, 2016, p. 94).

Em um cenário cada vez mais marcado pela complexidade dos conflitos ambientais, onde interesses públicos e privados se entrelaçam com os direitos difusos das presentes e futuras gerações, torna-se indispensável repensar o papel do Poder Judiciário na promoção de soluções que não apenas resolvam litígios, mas que também fortaleçam a convivência democrática, o equilíbrio ecológico e o desenvolvimento sustentável. Diante desse desafio, os métodos autocompositivos – como a mediação e a conciliação – ganham contornos de verdadeira essencialidade. Não se trata mais de opções alternativas, mas sim de ferramentas fundamentais para uma justiça que compreenda as múltiplas dimensões dos problemas ambientais e se coloque como parceira na construção de respostas efetivas, legítimas e sustentáveis.

É nesse sentido que o consensualismo, especialmente nos conflitos de natureza socioambiental, se revela como um caminho cada vez mais necessário. Em vez da imposição de uma sentença que muitas vezes não dialoga com as realidades das partes envolvidas, a mediação e a conciliação permitem a escuta ativa, o reconhecimento mútuo e a construção

conjunta de compromissos. E isso é particularmente importante quando estamos diante de questões que afetam comunidades inteiras, áreas protegidas, biomas sensíveis ou territórios de povos originários. Nessas situações, o diálogo não é apenas desejável – ele é condição para a paz social e para a eficácia das decisões.

A experiência dos CEJUSCs Ambientais em diversos estados brasileiros confirma essa percepção. Ao criarem espaços especialmente dedicados à mediação de disputas ecológicas, tribunais como o de Mato Grosso, Minas Gerais, Amazonas e São Paulo demonstraram que é possível – e necessário – tratar o meio ambiente com a delicadeza e a seriedade que ele exige. Nesses centros, órgãos públicos, empresas, técnicos, lideranças comunitárias e representantes do Ministério Público sentam-se à mesma mesa, muitas vezes pela primeira vez, para buscar soluções que, ainda que não sejam perfeitas, sejam possíveis e sustentáveis. É ali que o Judiciário deixa de ser apenas um julgador distante e passa a ser um facilitador do diálogo e um agente da governança ambiental.

E o que se entende por boa governança<sup>22</sup>? No contexto judicial, trata-se da capacidade de o Judiciário atuar com eficiência, transparência, responsabilidade e participação. É gerir seus processos não apenas com foco em volume e produtividade, mas com atenção à qualidade das decisões, à escuta da sociedade e à efetividade da justiça entregue. Quando o Judiciário investe em consensualismo, ele melhora sua governança porque racionaliza recursos, reduz litígios repetitivos, aproxima-se das comunidades e colabora com outras instituições. E mais do que isso: ele reconhece que não está sozinho na tarefa de proteger o meio ambiente – que essa missão é compartilhada com todos os setores da sociedade.

A Constituição Federal de 1988 orienta por esse caminho ao declarar, em seu artigo 225, que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e que é dever do poder público e da coletividade defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. É uma responsabilidade conjunta, que exige canais de escuta e de construção coletiva. Os CEJUSCs, nesse sentido, representam o Judiciário dizendo: “vamos resolver juntos”. E quando isso acontece de forma respeitosa, com técnica, com sensibilidade e com compromisso, os resultados aparecem – seja na recuperação de áreas degradadas, na redução

---

<sup>22</sup> A definição *lato sensu* de governança, de acordo com o Banco Mundial, no documento intitulado: Governance and Development, é “o exercício da autoridade, controle, administração, poder de governo”. De modo mais preciso “governança é a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país visando o seu desenvolvimento”, implicando ainda “a capacidade dos governos de planejar, formular e implementar políticas e cumprir funções” de modo eficiente visando atingir o seu desiderato voltado ao bem comum. (WORLD BANK. 1992).

de impactos sociais, na prevenção de novos danos, seja na valorização das comunidades envolvidas.

O consensualismo na esfera ambiental também tem o poder de humanizar o processo jurídico. Em vez de longas batalhas judiciais, marcadas por laudos contraditórios, embargos e recursos infundáveis, é possível dar lugar a conversas produtivas, em que cada parte entende seu papel, sua responsabilidade e seu poder de transformação. Isso não significa abrir mão da legalidade ou da proteção rigorosa dos bens ambientais. Ao contrário, significa fortalecê-los com legitimidade, com pactos construídos a várias mãos e com soluções que respeitam o tempo, o espaço e as pessoas.

Nesse caminho, o Brasil também se alinha aos compromissos assumidos na Agenda 2030 da ONU, especialmente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 13, 15 e 16, que tratam da ação climática, da vida terrestre e das instituições eficazes e inclusivas, respectivamente. Ao investir em CEJUSCs Ambientais, o Judiciário brasileiro cumpre seu papel não apenas como garantidor de direitos, mas como articulador de políticas públicas, defensor da democracia e construtor de consensos para um futuro mais equilibrado.

Assim, reconhecer a fundamentalidade do consensualismo na esfera ambiental é reafirmar que a justiça não se resume a sentenças, mas se expressa na forma como escutamos, acolhemos e cooperamos. É lembrar que o meio ambiente não é de ninguém, mas é de todos. E que, portanto, sua proteção exige mais do que litígios – exige diálogo, empatia e boa governança.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A análise desenvolvida ao longo deste artigo permitiu compreender, de forma integrada e fundamentada, a importância estratégica dos CEJUSCs – em especial dos CEJUSCs Ambientais – como instrumentos de efetivação da boa governança no Poder Judiciário brasileiro, tendo como eixo a adoção de métodos consensuais na resolução de conflitos complexos e coletivos. Partindo do pressuposto de que os litígios ambientais exigem abordagens mais sensíveis, dialógicas e preventivas do que aquelas tradicionalmente oferecidas pelo modelo judicial adversarial, foi possível demonstrar que o consensualismo, nesse campo, não é apenas viável, mas profundamente necessário.

O objetivo geral da pesquisa – analisar como os CEJUSCs Ambientais contribuem para a governança institucional do Judiciário por meio da valorização dos métodos autocompositivos – foi atingido por meio da revisão normativa e doutrinária, da abordagem empírica com dados oficiais e da apresentação de experiências concretas em diferentes

estados do país. A partir disso, verificou-se que os CEJUSCs, ao aliarem escuta qualificada, eficiência procedimental e articulação interinstitucional, qualificam a resposta judicial às demandas socioambientais e aproximam o Judiciário da sociedade.

Os objetivos específicos também foram contemplados: identificou-se o arcabouço jurídico que legitima os CEJUSCs (Resolução CNJ nº 125/2010, CPC/2015, Lei da Mediação), analisou-se o papel dos métodos autocompositivos na construção de soluções sustentáveis e socialmente pactuadas, mapearam-se experiências inovadoras – como os CEJUSCs Ambientais do Mato Grosso, de Minas Gerais, do Amazonas e de São Paulo – e propuseram-se diretrizes voltadas ao fortalecimento desses espaços como política pública permanente. Os dados colhidos ao longo da pesquisa reforçaram a eficiência dos CEJUSCs na redução da litigiosidade, na pacificação social e na ampliação do acesso à justiça ambiental, demonstrando resultados práticos, mensuráveis e replicáveis.

A partir da reflexão final desenvolvida no capítulo 3, foi possível compreender que o consensualismo, longe de representar um desvio da legalidade ou um caminho simplificador, é um instrumento fundamental para a concretização dos direitos fundamentais ambientais, especialmente quando promovido sob os princípios da boa governança. O fortalecimento dos CEJUSCs Ambientais representa, portanto, não apenas um avanço institucional, mas um compromisso ético com uma justiça mais participativa, democrática e sensível aos desafios contemporâneos da sustentabilidade.

Em tempos de emergência climática, de pressões sobre os recursos naturais e agravamento das desigualdades socioambientais, torna-se imperativo que o Poder Judiciário se coloque como agente ativo na promoção do diálogo, da mediação e da reconstrução de vínculos entre os diferentes atores sociais. Os CEJUSCs Ambientais, nesse cenário, oferecem ao Judiciário não apenas uma nova estrutura funcional, mas uma nova linguagem – mais aberta, mais empática e mais coerente com os valores constitucionais e civilizatórios que orientam o Estado Democrático de Direito.

Diante de tudo isso, conclui-se que investir na consolidação dos CEJUSCs Ambientais e na cultura do consenso não é uma escolha secundária: é uma decisão estratégica, estrutural e necessária para um Judiciário que queira ser, ao mesmo tempo, eficiente, justo e ambientalmente comprometido com o futuro!

## REFERÊNCIAS

BITTAR, E. C. B. **O Direito na pós-modernidade: reflexões frankfurtianas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.



BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Resolução nº 611, de 20 de dezembro de 2024. Altera a Resolução CNJ nº 433/2021, que institui a Política Nacional do Poder Judiciário para o Clima e Meio Ambiente. **Diário da Justiça Eletrônico**, Brasília, DF, 20 dez. 2024. Disponível em: <http://bit.ly/472tJBr>. Acesso em: 25 jul. 2025.

CHEVALLIER, J. O **Estado pós-moderno**. Tradução de Marçal Justen Filho. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

CNJ. **Conciliação e Mediação**: perguntas e respostas. Disponível em: <http://bit.ly/3H8u6Qm>. Acesso em: 22 jul. 2025.

CNJ. **Justiça em números**. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/pesquisas-judiciarias/justica-em-numeros/>. Acesso em: 22 jul. 2025.

CNJ. **Lei da Mediação e novo CPC reforçam acerto da Resolução 125 do CNJ**. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/lei-da-mediacao-e-novo-cpc-reforcaram-acerto-da-resolucao-125-do-cnj/>. Acesso em: 22 jul. 2025.

COLÉGIO REGISTRAL (RS). **10 anos do CPC**: mediação e conciliação avançam, mas ainda há muitos desafios. Breno Batista Rezende. Disponível em: <https://colegioregistrals.org.br/artigos/2146/artigo-10-anos-do-cpc-mediacao-e-conciliacao-avancam-mas-ainda-ha-muitos-desafios-por-breno-batista-rezende/>. Acesso em: 22 jul. 2025.

MANUAL DE GOVERNANÇA DA JUSTIÇA FEDERAL. Brasília, novembro 2015. Disponível em: <https://www.cjf.jus.br/observatorio/arq/ManualGovJF.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2025.

MOURA, A. S.; BEZERRA, M. C. Governança e sustentabilidade das políticas públicas no Brasil. In: MOURA, Adriana Maria Magalhães de (Org.). **Governança ambiental no Brasil: instituições, atores e políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2016.

PASOLD, C. L. **Metodologia da Pesquisa Jurídica**: teoria e prática. 13. ed. Florianópolis: Conceito Editorial, 2015.

SAAVEDRA, F. J. E. **Medio ambiente e ideología**: la discusión pública en Chile - 1992-2002. Santiago: Ariadna/Universidad de Santiago de Chile, USACH, 2009.

TJAM. **CEJUSC – Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania**. Disponível em: <https://www.tjam.jus.br/index.php/cejusc>. Acesso em: 22 jul. 2025.

TJAM. **Métodos alternativos, justiça ecológica e conciliação no combate aos crimes ambientais e agrários**. Disponível em: <https://www.tjam.jus.br/index.php/esmam-noticias/3473-metodos-alternativos-justica-ecologica-e-conciliacao-no-comb-até-aos-crimes-ambientais-e-agrários>. Acesso em: 22 jul. 2025.

TJMT. **Cúpula da Amazônia**: presidente Clarice Claudino propõe união dos Estados em defesa do meio ambiente. Disponível em: <https://tinyurl.com/5aa6x2dt>. Acesso em: 22 jul. 2025.



**TJMT. Presidente Clarice Claudino destaca iniciativas do Judiciário Estadual durante a Cúpula da Amazônia.** Disponível em: <https://tinyurl.com/5bbeaf7p>. Acesso em: 22 jul. 2025.

**TJSP. Câmaras Reservadas ao Meio Ambiente uniformizam entendimento em questões ambientais há 15 anos.** Disponível em: <https://tinyurl.com/yhueytw2>. Acesso em: 22 jul. 2025.

**TJSP. Em 2015, CEJUSCs alcançaram 67% de acordos em demandas pré-processuais.** Disponível em: <https://www.tjsp.jus.br/Noticias/Noticia?codigoNoticia=30386>. Acesso em: 22 jul. 2025.

**TRF2. Portal Socioambiental da Justiça Federal da Segunda Região.** Disponível em: <https://www10.trf2.jus.br/ambiental/>. Acesso em: 22 jul. 2025.

**TRT6. Tribunais estaduais e do Trabalho atingem meta com 2,4 milhões de conciliações.** Disponível em: <http://bit.ly/4f7A68J>. Acesso em: 22 jul. 2025.

**WORLD BANK. Governance and development.** Washington, DC: The World Bank, 1992. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/1992/04/440582/governance-development>. Acesso em: 23 jul. 2025.

**Como Referenciar este Artigo, conforme ABNT:**

CARVALHO, S. A; MACHADO, M. F; ORSATTO, S. D. A Boa Governança do CEJUSC Ambiental. **Rev. FSA**, Teresina, v. 23, n. 2, art. 6, p. 118-140, fev. 2026.

| <b>Contribuição dos Autores</b>                              | <b>S. A. Carvalho</b> | <b>M. F. Machado</b> | <b>S. D. Orsatto</b> |
|--|-----------------------|----------------------|----------------------|
| 1) concepção e planejamento.                                 | X                     | X                    | X                    |
| 2) análise e interpretação dos dados.                        | X                     | X                    | X                    |
| 3) elaboração do rascunho ou na revisão crítica do conteúdo. | X                     | X                    | X                    |
| 4) participação na aprovação da versão final do manuscrito.  | X                     | X                    | X                    |